

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$10.428 milhões em 30 de junho de 2012 (R\$10.005 milhões, em 30 de junho de 2011). O lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$429 milhões em comparação a R\$437 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2012, os ativos totais atingiram R\$53.598 milhões. Desse montante, R\$34.185 milhões são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$6.715 milhões por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e R\$4.980 milhões pela carteira de arrendamento a valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito. O total dos recursos captados atingiu R\$34.513 milhões, representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

Em junho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o PIB do primeiro trimestre de 2012, que confirmou que a perda de fôlego da atividade econômica se acentuou no início deste ano, quando o crescimento desacelerou para 0,8%, vindo de 1,4% no último trimestre de 2011 (ambos na comparação com o mesmo período do ano anterior). A desaceleração, porém, foi bastante desigual, enquanto o investimento apresentou contração de 2,1% no primeiro trimestre, o consumo das famílias se expandiu em 2,5%, impulsionado pela baixa taxa de desemprego, pelos fortes ganhos reais de renda e pela expansão do crédito, ainda que mais moderada.

Apesar dos avanços da demanda, a inflação também perdeu parte do seu fôlego neste primeiro semestre. Em junho, o IPCA acumulava alta de 4,9% em 12 meses, significativamente abaixo dos 6,5% do fechamento de 2011. Parte deste movimento deriva do ambiente de desaceleração nas principais economias, que limita o potencial de alta de alguns preços internacionais importantes, como de commodities alimentícias e de energia. Outra parcela relevante desta desinflação está associada à alta mais contida de alguns preços de serviços públicos, como energia elétrica e transporte coletivo. Por fim, a redução do IPI para alguns produtos, parte de uma estratégia do governo para dar suporte ao crescimento, também trouxe algum alívio à inflação, ainda que temporário. A combinação de crescimento abaixo do potencial da economia brasileira e de inflação em declínio justificou novas rodadas de corte dos juros, levando a taxa básica (Selic) em junho ao seu menor nível até então - 8,5% a.a. O crédito do sistema financeiro nacional continuou em alta, atingindo a marca de 50,6% do PIB em junho. A expansão do crédito segue mais moderada, porém continua robusta, na marca de 17,9% em relação ao mesmo mês de 2011. O financiamento imobiliário continua liderando esta expansão, com alta de 39,0% na mesma base de comparação, já considerados os financiamentos com recursos livres e direcionados, para construção ou aquisição de imóveis. Por outro lado, o financiamento para a aquisição de automóveis por pessoas físicas vem em um ritmo bem mais lento, com alta de apenas 4,3% em relação a junho de 2011. As contas externas brasileiras continuam apresentando boa evolução, mesmo diante do quadro menos favorável da economia internacional. O superávit comercial representou o ingresso líquido de US\$23,9 bilhões nos 12 meses encerrados em junho. Ao mesmo tempo, a moderação no crescimento brasileiro e a desvalorização cambial mantiveram relativamente contidas as despesas internacionais com serviços e renda (incluindo as despesas com viagens internacionais e as remessas de lucros e dividendos), resultando em uma pequena redução do déficit em transações correntes, para US\$51,8 bilhões (2,2% do PIB) nos doze meses até junho deste ano. Tal montante continua sendo mais que compensado pela entrada de investimentos estrangeiros diretos, que alcançou US\$63,9 bilhões no mesmo período. A despeito da instabilidade no mercado internacional, a política continua tendo acesso a financiamentos mais que suficientes para rolar seus vencimentos de dívida externa. Como resultado do ingresso líquido de recursos no país, o Bacen conseguiu avançar na política de elevação das reservas internacionais, que alcançaram o patamar de US\$373,9 bilhões em junho.

BALANÇO PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2012	30/06/2011		Nota	30/06/2012	30/06/2011
Ativo Circulante		31.524.283	22.011.851	Passivo Circulante		4.954.251	4.273.976
Disponibilidades	4&16.d	33.165	46.404	Instrumentos Financeiros Derivativos	5	2.130	3.718
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	23.856.223	19.886.225	Instrumentos Financeiros Derivativos		2.130	3.718
Aplicações no Mercado Aberto	4	999.999	1.000.000	Outras Obrigações		4.952.121	4.270.258
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.856.224	18.886.225	Sociais e Estatutárias		346	306
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	6.706.700	1.143.744	Fiscais e Previdenciárias	12	1.772.286	1.588.775
Carteira Própria		6.655.275	1.098.404	Diversas	13	3.179.489	2.681.177
Vinculados à Prestação de Garantias		51.425	45.301	Passivo Exigível a Longo Prazo		38.215.571	38.345.773
Vinculados a Instrumentos Financeiros Derivativos		-	39	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11&16d	34.513.049	31.194.471
Operações de Arrendamento Mercantil	(52.300)	(68.149)		Recursos de Debêntures		34.513.049	31.194.471
Arrendamentos a Receber:				Instrumentos Financeiros Derivativos	5	456	1.623
Setor Público	6.b	1.105	1.914	Instrumentos Financeiros Derivativos		456	1.623
Setor Privado	6.b	2.236.202	3.065.236	Outras Obrigações		3.702.066	7.149.679
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(2.163.300)	(2.948.081)	Fiscais e Previdenciárias	12	1.393.413	1.877.847
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(126.307)	(187.218)	Diversas	13	2.308.653	5.271.832
Outros Créditos		957.215	959.683	Patrimônio Líquido	15	10.428.375	10.005.225
Créditos Tributários	7	590.791	535.927	Capital Social:			
Diversos	8	366.438	423.899	De Domiciliados no País		9.720.030	9.720.030
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(14)	(143)	Reservas de Lucros		708.338	285.195
Outros Valores e Bens		23.280	43.944	Ajustes de Avaliação Patrimonial		7	-
Outros Valores e Bens	6.b	18.087	38.484				
Despesas Antecipadas	6.b	(3.040)	(6.200)				
Ativo Realizável a Longo Prazo		11.808.891	15.106.660				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.d	10.328.820	13.729.953				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		10.328.820	13.729.953				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5	8.631	-				
Carteira Própria		532	-				
Vinculados à Prestação de Garantias		8.099	-				
Operações de Arrendamento Mercantil	(122.289)	(229.498)					
Arrendamentos a Receber:							
Setor Público	6.b	2.383	3.422				
Setor Privado	6.b	2.180.256	3.940.635				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(2.137.085)	(3.877.751)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(167.843)	(295.804)				
Outros Créditos		1.583.325	1.588.575				
Créditos Tributários	7	525.108	840.219				
Diversos	8	1.058.292	749.255				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(75)	(899)				
Outros Valores e Bens		10.404	17.630				
Despesas Antecipadas		10.404	17.630				
Permanente		10.265.023	15.506.463				
Investimentos		1	2				
Outros Investimentos		817	818				
(Provisões para Perdas)		(816)	(816)				
Imobilizado de Uso	9	-	1				
Imóveis de Uso		1.387	1.387				
Outras Imobilizações de Uso		17	17				
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.403)				
Imobilizado de Arrendamento	6.b&10	10.265.022	15.506.460				
Bens Arrendados		13.627.228	18.484.000				
(Depreciações Acumuladas)		(3.362.206)	(2.977.540)				
Total do Ativo		53.598.197	52.624.974	Total do Passivo		53.598.197	52.624.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		9.169.828	550.202	169.438	2.768.217	2	-	12.657.687
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	(2)	-	(2)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	-	-	(2.768.217)	-	-	(2.768.217)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	436.757	436.757
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	21.838	-	-	(21.838)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	-	(250.000)	(250.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	-	(71.000)	(71.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	46.960	-	(46.960)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	46.959	-	(46.959)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011		9.169.828	550.202	191.276	93.919	-	-	10.005.225
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		9.720.030	-	217.930	61.336	-	-	9.999.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	-	7	-	7
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	429.072	429.072
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	21.454	-	-	(21.454)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	-	203.809	-	(203.809)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	-	203.809	-	(203.809)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012		9.720.030	-	239.384	468.954	7	-	10.428.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CF). A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2012, estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) **Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) a adequação conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda dessas títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vendidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para perdas são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1.1) Investimentos

Outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2011	31/12/2010
Disponibilidades	33.165	46.221	46.404	39.355
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.034.999	1.033.154	1.117.000	1.141.057
Aplicações no Mercado Aberto	999.999	1.000.136	1.000.000	1.000.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	35.000	33.018	117.000	141.057
Total	1.068.164	1.079.375	1.163.404	1.180.412

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	30/06/2012		30/06/2011	
Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado	Refletido no: Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	6.706.646	54	-	6.706.700
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	51.760	54	-	51.814
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.654.886	-	-	6.654.886
Títulos Disponíveis para Venda	8.618	-	13	8.631
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽²⁾	8.618	-	13	8.631
Total de Títulos e Valores Mobiliários	6.715.264	54	13	6.715.331
Derivativos (Ativo)	-	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	6.715.264	54	13	6.715.331
Circulante	-	-	-	39
Longo Prazo	-	-	-	-
Derivativos (Passivo)	(2.113)	(473)	-	(2.586)
Circulante	-	-	-	(2.130)
Longo Prazo	-	-	-	(456)

II) Títulos para Negociação

	30/06/2012		30/06/2011	
Títulos para Negociação	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Total
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	19.113	32.701	51.814
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento ⁽¹⁾	6.654.886	-	-	6.654.886
Total	6.654.886	19.113	32.701	6.706.700

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2012, é composto principalmente, por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$2.563.610, Notas do Tesouro Nacional - NTN - B de R\$2.582.348, NTN - F de R\$1.255.350 e NTN no valor de R\$250.457 e, em 30 de junho de 2011, por Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.

⁽²⁾ Título com vencimento de 1 a 3 anos.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juro aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuros e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2012		30/06/2011	
Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva
"Swap" - Negociação	(2.113)	(2.586)	(4.901)	(5.302)
Ativo	19.412	19.410	62.938	62.938
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	19.412	19.410	62.938	62.938
Passivo	21.525	(21.996)	67.839	(67.839)
Taxa de Juros Pré - Reais	21.525	(21.996)	67.839	(67.839)

As operações de swap foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, das quais R\$10.030 possuem vencimento em até 3 meses, R\$7.403 de 3 a 12 meses e R\$1.979 acima de 12 meses.

Em 30 de junho de 2012, o montante do diferencial do "swap" corresponde a um passivo no valor de R\$2.586 e, em 2011, a um ativo no valor de R\$39 e um passivo de R\$5.341.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges". A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumido apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2012, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Pré-Fixada em Reais	(1.459)	(30.915)	(58.878)
Total	(1.459)	(30.915)	(58.878)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais e o valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano e mitiga o risco da carteira. Para ponderação de risco da Santander Leasing foi utilizado o capital proporcional, na mesma relação da carteira do Conglomerado Santander.

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 ponto base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	30/06/2012	30/06/2011
Operações de Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	4.975.964	7.903.922
Outros Créditos (Nota 8)	3.832	6.267
Total	4.979.796	7.910.189
Circulante	2.780.391	3.972.912
Longo Prazo	2.199.405	3.937.277

⁽¹⁾ Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	30/06/2012	30/06/2011
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	5.988.258	9.905.221
Arrendamentos a Receber	4.419.946	7.011.207
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.568.312	2.894.014
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.300.385)	(6.825.832)
Valores Residuais a Balancear	(1.568.312)	(2.894.014)
Bens não de Uso Próprio	15.047	32.284
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	15.265.022	15.506.460
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(5.423.666)	(7.820.197)
Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente	4.975.964	7.903.922

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$1.012.294 (30/06/2011 - R\$2.001.299).

Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existem acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/06/2012	30/06/2011
Vencidas	61.141	45.198
A Vencer:		
Até 3 Meses	939.564	1.485.300
De 3 a 12 Meses	2.150.397	3.135.364
De 1 a 5 Anos	2.829.098	5.236.679
Acima de 5 Anos	8.058	2.680
Total	5.988.258	9.905.221

c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente

	30/06/2012	30/06/2011
Vencidas	117.939	186.522
A Vencer:		
Até 3 Meses	850.061	1.177.087
De 3 a 12 Meses	1.930.330	2.795.825
De 1 a 5 Anos	2.078.617	3.748.291
Acima de 5 Anos	2.849	2.464
Total	4.979.796	7.910.189

d) Carteira por Setor de Atividades ao valor Presente

	30/06/2012	30/06/2011
Setor Privado	4.972.644	7.900.862
Indústria	460.902	536.032
Comércio	428.512	580.852
Instituições Financeiras	204	478
Serviços e Outros	1.312.090	1.325.043
Pessoas Físicas	2.770.936	5.458.457
Setor Público	7.152	9.327
Governo Municipal	7.152	9.327
Total	4.979.796	7.910.189

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

% Provisão Mínima Requerida	Carteira			Provisão		
	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	1.069.393	-	1.069.393	-	-	-
A	2.719.043	-	2.719.043	13.595	10.876	24.471
B	258.443	183.481	441.924	4.419	8.397	12.816
C	122.735	217.490	340.225	10.207	3.115	13.322
D	4.717	92.161	96.898	9.690	-	9.690
E	11.382	41.547	52.929	15.879	-	15.879
F	5.724	58.539	64.263	32.131	-	32.131
G	1.835	28.802	30.637	21.446	-	21.446
H	4.659	164.484	169.143	164.484	-	164.484
Total	4.197.931	781.865	4.979.796	271.851	22.388	294.239

% Provisão Mínima Requerida	Carteira			Provisão		
	Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	1.379.028	-	1.379.028	-	-	-
A	5.014.892	-	5.014.892	25.075	22.388	47.463
B	132.868	311.849	444.717	4.447	4.447	8.894
C	79.270	340.669	419.939	12.598	-	12.598
D	6.563	138.001	144.564	14.466	-	14.466
E	5.260	71.163	76.423	22.927	-	22.927
F	23	65.585	65.608	32.804	-	32.804
G	-	51.896	51.896	36.327	-	36.327
H	1.331	311.701	313.032	313.032	-	313.032
Total	6.619.325	1.290.864	7.910.189	461.676	22.388	484.064

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de arrendamento e outros créditos com características de concessão de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	346.285	519.154
Reversões	(33.170)	(7.091)
Baixas	(18.876)	(27.999)
Saldo Final	294.239	484.064
Circulante	126.321	187.361
Longo Prazo	167.918	296.703
Créditos Recuperados no Primeiro Semestre ⁽¹⁾	48.697	30.738

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de arrendamento e outros créditos com características de concessão de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.147	335	(27.621)	182.861
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	10.826	2.287	-	13.113
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	231.583	36.864	(7.060)	261.387
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	2	-	52
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	-	-	(109)	211
Outras Provisões Temporárias	23.529	2.583	-	26.112
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	476.455	42.071	(34.790)	483.736
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	770.482	-	(151.832)	618.650
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
Total dos Créditos Tributários	1.261.083	42.071	(186.622)	1.116.532
Créditos não Registrados	(104.372)	-	103.739	(633)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	1.156.711	42.071	(82.883)	1.115.899
Circulante	584.197	-	-	590.791
Longo Prazo	572.514	42.071	(82.883)	525.108

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	273.463	7.591	(16.214)	264.840
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	9.477	2.898	(2.328)	10.047
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	181.886	43.152	(31.648)	193.390
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	107	5	(17)	95
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação ⁽¹⁾	-	-	(315)	193
Outras Provisões Temporárias	16.331	15.718	-	32.049
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	481.772	69.364	(50.522)	500.614</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 30 de junho de 2012 e 2011, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 28 de junho de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a fevereiro de 2011, no valor de R\$71.000 (R\$0,00642845 em reais por ação e R\$0,00546418, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 30 de junho de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 16 de maio de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço de 30 de abril de 2011, no valor de R\$250.000 (R\$0,02263539 em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 17 de maio de 2011, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011.

Em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares, no valor total de R\$2.768.217 (R\$0,25063860 em reais por ação), sendo que o valor de R\$1.384.109 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$1.384.108 da conta de reserva para reforço de capital de giro, e o pagamento foi efetuado em 22 de fevereiro de 2011.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2012, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

No primeiro semestre de 2012 e 2011, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	30/06/2012	01/01 a 30/06/2012	30/06/2011	01/01 a 30/06/2011
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	33.165	-	46.404	-
Banco Santander ⁽³⁾	33.165	-	46.404	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	34.185.043	1.674.918	33.616.178	1.766.344
Banco Santander ⁽³⁾	34.185.043	1.674.918	33.616.178	1.394.907
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	-	371.437
Recursos de Debêntures (Nota 11)	(34.513.049)	(1.517.067)	(31.194.471)	(1.630.665)
Banco Santander ⁽³⁾	(34.513.049)	(1.517.067)	(31.194.471)	(1.630.665)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido (Nota 5.b)	(2.586)	(433)	(5.302)	(329)
Banco Santander ⁽³⁾	(2.586)	(433)	(5.302)	(329)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13) ⁽²⁾	-	(34.080)	(59.882)	(27.582)
Banco Santander ⁽³⁾	-	(34.072)	(59.849)	(27.451)
Aymoré CFI ⁽⁴⁾	-	-	(8)	(33)

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2012, estão compostas por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$999.999, e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor de R\$35.000, de 3 a 12 meses de R\$22.821.224 e acima de 12 meses de R\$10.328.820.

⁽²⁾ As despesas referem-se, principalmente, a despesa administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

⁽⁴⁾ Refere-se a subsidiária do controlador Banco Santander.

17. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	1.678	10.147
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	48.853	71.877
Atualização de Depósitos Judiciais	12.920	15.799
Recuperação de Encargos e Despesas	13.001	14.791
Atualização de Impostos a Compensar	14.883	21.623
Outras	123	1.572
Total	91.458	135.809

18. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 14.c)	48.084	46.710
Trabalhistas (Nota 14.c)	5	11
Cíveis (Nota 14.c)	16.648	7.245
Outras	852	7.640
Comissões de Agenciamento	10.916	16.771
Descontos Concedidos	51.965	18.468
Gastos com Contratos em Atraso	8.958	15.815
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	398	1.086
Outras	7.479	7.463
Total	145.305	121.209

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	533.867	673.775
Juros sobre o Capital Próprio	-	(71.000)
Resultado antes dos Impostos	533.867	602.775
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(213.547)	(241.110)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	4.698	4.080
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	103.739	-
Demais Ajustes	315	12
Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.795)	(237.018)

21. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

22. Evento Subsequente

No dia 9 de agosto de 2012, foram subscritas e integralizadas 500.000 milhões de debêntures simples da 1ª emissão da Santander Leasing, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com valor nominal unitário de R\$10,00 reais, na data de emissão em 25 de julho de 2012, perfazendo o montante total de R\$5.000.000, com prazo de vigência de 20 anos contados da data de emissão, com vencimento em 25 de julho de 2032, remunerado com juros correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, que serão pagos na data de vencimento das debêntures. A distribuição pública de debêntures foi aprovada na reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 26 de junho de 2012, e foi registrada na CVM em 27 de julho de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/021, nos termos da Instrução CVM 400/2003. A totalidade das debêntures foram subscritas pelo Coordenador Líder, Banco Santander.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente		Conselheiros	
Pedro Paulo Longuini**		Carlos Alberto López Galán Luís Felix Cardamone Neto	
DIRETORIA			
Diretor Presidente			
Luís Felix Cardamone Neto			
Diretores			
Amancio Acúrcio Gouveia	Angel Oscar Agallano*	Luiz Felipe Taunay Ferreira	Oscar Rodriguez Herrero *
*Posse pendente de obtenção de visto de concomitância. ** Posse pendente de aprovação do Bacen.			
Contador			
Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. O auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de

depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP